DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v3i5.554>

PREFÁCIO AO NÚMERO 5 (VOL. 3) DA REVISTA DIÁLOGOS DO DIREITO - OBRA *O MERCADOR DE VENEZA, DE SHAKESPEARE*

Ângela Kretschmann¹

O quinto número da Revista Diálogos do Direito, da Faculdade Inedi, do CESUCA traz como locus de reflexão a obra *O Mercador de Veneza*, de William Shakespeare. A obra recebeu o maior número de votos do copro docente da instituição, e a partir da votação, conforme é anunciado na revista, segue-se o convite para que os interessados da comunidade acadêmica submetam artigos que tenham como mote o debate travado na obra sob um novo ponto de vista jurídico.

Essa forma de proceder têm trazido uma grande aceitação da parte da comunidade acadêmica, que durante um semestre dialoga e prepara os artigos que serão submetidos para avaliação cega por pares, seguindo-se o processo de apreciação segundo as regras da Revista para a publicação. O quinto número apresenta novamente um excelente número de artigos e professores participantes, novamente, também do exterior, como a Dra. Kizil, da Turquia.

A obra de Shakespeare permitiu uma releitura profunda sobre vários aspectos jurídicos, alguns inusitados, como o leitor poderá constatar em sua leitura. Trouxe uma nova luz sobre o próprio modo como a obra pode ser revisitada, além de trazer para o diálogo inúmeras outras temáticas, que de algumas forma ou de outra, dialogam em torno da obra, tantas centenas de anos após seu lançamento. Como exemplo, observe-se o modo como a teoria de Aristóteles sobre equidade aparece no artigo da professora Kizil, e como a teoria aristotélica de classificação de indivíduos aparece no artigo do prof. Selayaram. E a riqueza que as duas abordagens nos proporciona.

O primeiro artigo que inaugura o número 5 da Revista é do professor Emerson de Lima Pinto e Professora Vanessa Steigleder Neubauer. Os autores abordam a obra a

¹ Professora e Coordenadora do Curso de Direito do Cesuca, Mestre em Direito pela PUC/RS, Doutora em Direito pela Unisinos/RS, Pós-doutora pelo Institut for Information-, Telecommunication- and Media Law (ITM), Münster, Alemanha.

partir da própria natureza da obra de arte, refletindo acerca das interfaces com a Filosofia e o Direito. Nesse contexto enfrentam a possibilidade de ofensa aos direitos e garantias fundamentais e a dignidade da pessoa humana, a partir da hermenêutica de Hans-Georg Gadamer – na análise do conflito que decorre da inexecução contratual e da respectiva execução da cláusula penal estabelecido no contrato de empréstimo. Com isso oportunizam ilustrar a problemática de proteção da dignidade da pessoa humana mediante o reconhecimento de posições jurídico-subjetivas fundamentais, chamando atenção para o papel que hoje cabe aos órgãos estatais garantir.

Os autores ressaltam as possibilidades do uso de princípios metodológicos abertos, e que oferecem diversas perspectivas ao investigador, e fim de tornar o diálogo mais dinâmico nosso utilizam o instituto da Lei Federal N°. 9.099/95 – é uma questão pungente, que versa sobre as condições que levaram à definição de crime de menor potencial ofensivo e sua eficácia – e a formação de uma linguagem comum, teórica, que se transformam em “fala autorizada”, por si só já clareia os perigos da superficialidade das abordagens, como sugerem os autores. Daí porque com razão, chamam atenção para a questão de que o jurista, “para ser aceito no monastério dos sábios, deverá escrever e falar a partir do reconhecimento de alguma comunidade cultural-política e científica que lhe outorgue legitimidade acadêmica ou política”. E a partir daí iniciam um extraordinário link da obra de Shakespeare com a hermenêutica contemporânea e crítica do direito – e o papel dos juristas marginais na construção de um discurso autêntico, e que preencha silêncios igualmente forjados pela linguagem “oficial” que se esconde por detrás da ideia de “segurança jurídica”.

Afinal, como ressaltam, a produção de sentido é mais fácil quando o interlocutor possui a fala autorizada uma vez que pertence ao monastério dos sábios – e o jurista não descobre o verdadeiro sentido da lei, mas cria o sentido que lhe convém dependendo do papel que exerce e do momento que vive e da necessidade que têm a sua frente... Daí a necessidade de desvendar a fala dos doutores com a crítica hermenêutica.

Já o trabalho da Professora Nese Kizil, da Universidade de Kemerburgaz, de Istambul destaca que a peça de Shakespeare deve ser examinada no discurso da literatura relevante, porém, também deve ser examinado legalmente para desenvolvimento da lógica jurídica. Salienta assim, desenvolve no seu texto, que é adequado apresentar uma paráfrase da peça, antes de que se ingresse nos aspectos legais do Mercador de Veneza. A autora de Istambul destaca que através da peça, conceitos como dinheiro, poder, posição, amor, comércio e justiça são questionados dentro de uma relação tensa e cômica envolvendo negócios entre cristãos e judeus, e de acordo com muitos críticos, Shylock perde de uma forma injusta, como resultado de um jogo de palavras. Retomando conceitos de Aristóteles, a autora conclui que não retirar a

libra de carne do corpo de Antionio, e não tratar Shylock com discriminação, pelo fato de ser judeu, ou seja, não confiscando sua propriedade porque agrediu um cristão, seria uma forma mais justa e equânime de resolver a questão.

O terceiro artigo que abre o número 5 da Revista Diálogos do Direito é do professor Renato Selayaram, e procura analisar os aspectos jurídicos da clássica obra de Shakespeare e a complexa relação entre seus personagens, abordando especialmente a influência do direito e da moral, e reforça a tensão existente entre justiça e legalidade, com suas diferentes nuances, especialmente Shylock, como refere: “um dos personagens mais atraentes do teatro de todos os tempos”. Concentra-se, ademais, no que chama de “um giro espetacular de 180 graus”, de Portia, disfarçada do advogado Bassanio, que se a princípio traz em seu discurso a defesa do pacto, ao final, derruba todos os dogmas para reforçar a impossibilidade do contrato. Mas o professor Renato Selayaram vai além, adentra na questão da classificação humana e hierarquização, cara até hoje à humanidade, destacando que Shylock, sendo o marginalizado, e aceitando o gesto de marginalização-diferenciação, que o exclui, utiliza-se dessa própria exclusão para a legitimação para sua pretensão de vingança.

O quarto texto é dos professores Fábio Caprio Leite de Castro e Ney Wiedemann Neto, que examinam a peça buscando destacar, com base na obra de Shakespeare, os limites morais do direito de contratar. Os autores destacam as várias dimensões jurídicas e vários contratos que se destacam na peça: a do testamento e do casamento, do estatuto dos estrangeiros, do direito processual, ainda que se sobressaia, entre todas, a e que está no “coração da discussão”, como dizem, citando François Ost, é o contrato de mútuo e a sua cláusula penal, e destacam a precedência histórica de outras situações a ela semelhantes, como a própria pena de Talião, e ainda, a Lei das XII Tábuas, para depois desnudarem sua invalidade à luz dos preceitos contemporâneos, especialmente os direitos humanos, constitucional e direito civil (artigo 13) – mas não menos importante, também os princípios contratuais. SE por um lado no princípio poderia valer a vontade das partes, agora o que mais garante a justeza é a análise da boa-fé objetiva. De todo modo, os autores destacam que a perda de Antônio, na época, é de ser discutida, uma vez que Veneza revelava-se importante centro mundial de seguros, e portanto, muito provavelmente as cargas estavam seguradas.

Os autores aprofundam a análise filosófica da questão recorrendo às reflexões de Michael Sandel: somos donos de nós mesmos? Vale a pena fazer a leitura do artigo e sornar a forma como de um outro modo a questão vem a ser abordada, pois o autor auxilia também na reflexão sobre os limites morais do mercado “livre”.

A seguir, o artigo da professora Paula Martins busca provocar o leitor, como diz a autora, a “identificar e reconhecer a crítica narrativa que Shakespeare faz ao personagem Shylock, resultado de uma não aceitação social da atividade comercial de empréstimo de dinheiro,” – este um fenômeno social também contemporâneo, ainda que já legalmente aceita dentro de certos limites. A autora traça uma trajetória histórica da abusividade da prática dos juros no Brasil, até chegar à Emenda Constitucional n. 40, de 29 de maio de 2003, que suprimiu o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que originariamente limitava os juros a 12% ao ano. A autora questiona a legitimação moral e ética “para que alguém não possa fazer livre uso e destinação de seus bens, sua propriedade particular? Como o direito surge, emana, de uma determinada sociedade. É local e temporal. Ou representa o pensamento daquele grupo ou não terá eficácia?” Por fim, conclui que talvez a repressão legal à prática desta atividade específica pelo particular “nada mais é que a representação legal de um sentimento coletivo de aversão.”

Com muita sensibilidade a autora também enfrenta a personificação dos personagens que são acusados dessa cobrança tão repudiada: “*Nos textos e autores citados, os personagens que personificam este mal são judeus; isso, por si só, mereceria um aprofundamento nas suas razões, se a frequência com que esta religião ligada à atividade do mútuo mercantil representa um fato notório e, somente por isso, os personagens normalmente são judeus. Ou, se há uma conteúdo de ofensa e repúdio étnico do escritor.*” E sugere que talvez a explicação do vínculo da questão ao povo judeu esteja ligado à “eterna diáspora deste povo, fato que tornaria bem mais ágil a transferência patrimonial entre os Estados”, mas ressalta que os próprios textos literários são de data anterior aos conflitos, pelo menos, aos mais importantes. Vale a pena fazer a leitura do artigo para compreender a dimensão e profundidade da reflexão da autora.

O sexto artigo é de autoria de Antônio Maria de Freitas Iserhard, que destaca que “a leitura de uma obra não denota um significado unívoco. Há várias leituras de um mesmo texto. E cada leitura é uma releitura” – e assim a leitura da obra sugere as mais diversas leituras e releituras. O autor apresenta uma análise sobre a cláusula penal aposta no contrato de fiança a título de garantia do contrato de empréstimo na modalidade de mútuo, com vistas a uma contribuição à hermenêutica jurídica na arte de interpretação, integração e aplicação do direito dos contratos, a partir da obra de Shakespeare, O Mercador de Veneza. Destaca, entretanto, as demais leituras possíveis: a leitura sob a ótica religiosa torna perceptível a (in)tolerância, pois o mutuante e o fiador são, respectivamente, judeu e cristão; outra leitura é semiológica, pois o personagem em que se traveste de Pórcia, como diz o autor, “esgrima com maestria a semiologia, numa abordagem sintática, semântica e pragmática, com os usos linguísticos emotivo e cognoscitivo”. Ressalta as diversas significações que um texto apresenta, os símbolos

utilizados na linguagem jurídica, que “se ressentem de incompletudes”, em face dos conceitos indeterminados utilizados na linguagem jurídica, como diz o autor: “uma linguagem natural, por isso mesmo apresenta vagueza e ambigüidade” – reforçando assim a importância da análise hermenêutica.

O sétimo artigo é das professoras Jaqueline Mielke Silva e Clarissa Lucena, e apresentam de forma riquíssima a obra literária no contexto da teoria dos sistemas, que indicam, revela-se “importante instrumento de observação da cláusula geral da função social dos contratos, na medida em que permite um olhar diferente, sofisticado, para a resolução de conflitos entre os sistemas sociais, isto é, para além do subsistema do Direito.” No tratamento histórico dado ao tema, ressaltam que “a figura contratual é tão importante, que a própria noção de sociedade e Estado originam-se nela”, e que o princípio da obrigatoriedade dos contratos, *pacta sunt servanda*, é corolário lógico da autonomia da vontade, uma vez que as partes estabelecem cláusulas livremente devido a ela, até que a noção tradicional da liberdade de contratar e da força obrigatória dos contratos entra em crise no século XX.

Desde a formação dos primeiros códigos, fechados, completos e acabados, através dos quais se pretendia prever e determinar todos os fatos da vida social, até a percepção de que essa não era possível, voltou-se para uma concepção mais aberta do sistema jurídico, em especial a partir da passagem do Estado Liberal para o Estado Social, reinando a era da descodificação, e o Código Civil deixou de ser o centro da ordem jurídica para dar lugar à Constituição. Os códigos, de todo modo, sobreviveram, agora com nova roupagem, em especial trazida pelas cláusulas gerais, ressaltando a função social da propriedade e do próprio contrato. Essa abordagem permitiu que às autoras chegassem à análise da teoria dos sistemas, como destacam, é possível ir além dessa concepção, através da teoria dos sistemas sociais autopoiéticos como uma possibilidade de reflexão privilegiada de toda a teoria geral dos contratos, desde a sua formação, assegurando-se a manutenção da relação contratual.

Na sequência o artigo do professor Guilherme de Oliveira Feldens analisa a relação entre Direito e justiça focando sua análise no próprio julgamento do judeu Shylock. O texto esmiúça alguns detalhes dos principais discursos proferidos pelos personagens em tribunal, e com isso submete-os a uma análise fundamentada na moral e justiça, mas em especial “o discurso de Pórcia no tribunal, no qual a personagem defende a compaixão como um sentimento necessário aos homens”, e verifica a relação de tal discurso com o fundamento da moral determinado por Schopenhauer e seu contraste com os juízos morais normativos característicos do pensamento jurídico moderno. Nesse sentido o sugestivo título Quando a misericórdia tempera a justiça em *O mercador de Veneza* por si só já é um convite para a leitura cuja aceitação é praticamente obrigatória, e na

sequência aproxima a abordagem do discurso de Pórcia da tese sobre o fundamento moral proposto por Schopenhauer, a crítica de Tugendath ao fundamento moral de Schopenhauer, que o autor entende como julgamento incompleto. Reforça assim a importância de uma correta compreensão dos textos de Schopenhauer, principalmente porque “os principais filósofos do Direito parecem ignorar as construções teóricas de Schopenhauer”, e nesse sentido, também se distanciam do discurso de Pórcia, “segundo o qual no cumprimento da justiça (lei), nenhum de nós vai encontrar a salvação”.

Ao final, o texto dos professores Celso Augusto da Conceição e Ângela Kretschmann revisitam o final da obra de William Shakespeare em *O Mercador de Veneza*, sob o ponto de vista de uma análise linguística, e seu aspecto semântico: a metáfora do termo “uma libra de carne”. A partir daí, o personagem que provocou toda a questão jurídica envolvendo a lei e o poder, Shylock, pôde se utilizar desse recurso linguístico na contra-argumentação das determinações de Portia (ou Pórcia, dependendo da tradução) na cena do juízo, não para seu benefício, mas para diminuir a penalidade imposta. Os diálogos reescritos com a roupagem semântica pró-réu levam o leitor a uma nova reflexão.

É importante reforçar a cada nova edição que a Revista Diálogos é resultado de um Projeto de Pesquisa que iniciou com o propósito de chamar de Jardim o momento em que os professores do Curso de Direito se encontram para conversar e debater uma obra literária, e tornou-se representação do desejo de encontro e diálogo de experiências, vivência transdisciplinar, e partilha, convívio e aprendizagem, sendo a ideia de Jardim inspirada na proposta dos filósofos gregos do epicurismo, um lugar muito privilegiado, e raro, de liberdade, ou, na proposta dos estoicos, que ensinavam nos “pórticos” de Atenas, uma busca de serenidade.

Em última análise, tem em vista primeiramente a construção de um espaço verdadeiramente livre para o diálogo, porém, possibilitado pela escolha de obras literárias que se revestem de um instrumento, ou ao menos um convite, para o diálogo entre os pares. Outros detalhes sobre o projeto que originou esta publicação podem ser encontrados no lançamento da Revista, com o seu número 1, ou mesmo no projeto de pesquisa que deu origem a esta revista, na página do Curso de Direito.

Fica aqui o convite aos nossos leitores, a riqueza dos artigos que foram submetidos, e aprovados nas avaliações para receberem a publicação na Revista, com certeza, provocará no leitor o desejo de visitar a peça de William Shakespeare, *O Mercador de Veneza*, e quem sabe, essa nova experiência de leitura não trará novamente novos destaques e novos textos que também enriquecerão a cultura jurídica,

uma vez que a reflexão do Direito, aliada à Literatura, traz sempre a sensibilização do leitor, do pesquisador, do autor, e o desejo de levar adiante seus questionamentos e conclusões.

Desejo uma boa leitura a todos.

Cachoeirinha, 30 de dezembro de 2013.

Dra. Ângela Kretschmann